



DL-01

Ses. Esp. 11/11/11

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial com o objetivo de debater os dez anos de aprovação do Estatuto da Cidade, proposta apresentada pela deputada Maria del Carmen.

Queria convidar, para compor a Mesa, o deputado Marcelino Galo para conosco estar aqui conduzindo os trabalhos. (Palmas) convidar, com muita honra, a Dr^a Ermínia Maricato, ex-ministra adjunta do Ministério das Cidades, conferencista e nossa homenageada de hoje, a nova cidadã baiana. (Palmas)

Convido, também, para compor a Mesa, o Sr. Zezéu Ribeiro, secretário de Planejamento do Estado da Bahia (Palmas), o Sr. Ubiratan Félix, presidente do Sindicato dos Engenheiros da Bahia (Palmas), o Sr. Sérgio Pitton Sarno, gerente regional da Caixa Econômica, que representa, neste momento, o presidente em exercício da Caixa Econômica Federal, nosso amigo, companheiro, Jorge Hereda, que infelizmente não está presente aqui hoje por estar em merecidos dias de férias.

Convido o Sr. Luís César Baqueiro, presidente da Fundação Mário Leal Ferreira, representando o Sr. Paulo Sérgio Silva, secretário de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente de Salvador (palmas), também a Sr^a Graça Torreão, superintendente de Planejamento e Gestão Territorial que representa o secretário de Desenvolvimento do Estado da Bahia, Cícero Carvalho Monteiro (palmas), o Sr. Vereador Isnar Araújo, que representa o Sr. Vereador Pedro Godinho, presidente da Câmara Municipal de Salvador (palmas), a Sr^a Prof. Naia Alban, diretora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFBa (palmas), o Sr. Jonas Dantas, presidente do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA –, nosso companheiro que nos auxiliou a realizar diversos seminários.

Convido o amigo, companheiro de todos os momentos, arquiteto Daniel Colina, presidente do Instituto dos Arquitetos de todo o Brasil. Convido o Sr. Fagner Dantas, diretor da Sociedade Brasileira de Urbanismo, SBU. Convido o professor André Santos, que representa a professora Nélia Machado, coordenadora do curso de Urbanismo da



Universidade Estadual da Bahia – Uneb. (Palmas). Convido a companheira Eudes para representar aqui os movimentos sociais que estão aqui nesta sessão. (Palmas) Queria agradecer a presença de todos. Vamos, aos poucos, anunciar aqui as diversas autoridades presentes a esta sessão especial.

Convido, aqui, o deputado Marcelino Galo para assumir a presidência desta sessão especial, enquanto fazemos os nossos pronunciamentos.

(O Sr. Marcelino Galo assume a presidência da Mesa.)



2241-I

Ses. Esp. 11/11/11

Or. Maria del Carmen

10 anos de aprovação do Estatuto da Cidade.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Bom-dia a todos e a todas. É uma satisfação muito grande presidir esta sessão.

Neste momento, vai-se pronunciar a proponente desta sessão especial, deputada Maria del Carmen, pelo tempo de até 25 minutos, com a tolerância necessária que caracteriza a importância desta sessão.

A Sr^a MARIA DEL CARMEN:- Muito obrigada, Sr. Presidente desta sessão neste momento, deputado Marcelino Galo, e agradeço-lhe por sua presença, V.Ex^a que tem sido um parceiro importante aqui, na Assembleia Legislativa, defendendo assuntos e temas comuns.

Quero saudar, de forma muito especial, a nossa homenageada, Dr^a Ermínia Maricato. Depois falaremos dos seus títulos, das diversas funções que ocupou, de sua história e trajetória.

Gostaria de saudar, e agradecer pela presença, o Sr. Secretário de Planejamento do Estado da Bahia, deputado federal licenciado Zezéu Ribeiro, defensor, lutador pela reforma urbana. Portanto, sua presença muito nos honra, mas honra também esta luta, que é a luta contínua de sua vida.

Saúdo o companheiro Ubiratan Félix, presidente do Sindicato dos Engenheiros da Bahia, o meu sindicato, parceiro em todos os momentos das diversas realizações da Subcomissão de Desenvolvimento Urbano aqui, na Assembleia Legislativa.

Também saúdo – e quero dizer de sua presença constante – o companheiro Jonas Dantas, presidente do CREA-BA. Gostaria de parabenizá-lo, pois está quase no final de sua gestão. Parabenizo-o pela profícua gestão à frente do CREA, porque, de fato, fez com que cada um de nós se aproximasse mais desse instrumento tão importante que é o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura. Agora não mais apenas de engenharia e arquitetura, mas ainda com um papel muito importante.



Gostaria de parabenizar, e agradecer também, o companheiro, amigo e arquiteto Daniel Colina, que também tem sido nosso grande parceiro como presidente do Instituto dos Arquitetos da Bahia.

Quero saudar aqui, de forma muito especial, Paulo Sérgio Pithon Sarno, que representa aqui o nosso presidente da Caixa Econômica, Jorge Hereda, também arquiteto e urbanista e que tem uma história, uma trajetória na luta pela reforma urbana. Tenho certeza de que se não estivesse de férias merecidas ele estaria presente a esta sessão de hoje em homenagem a Ermínia Maricato, com quem também teve a oportunidade de trabalhar em alguns momentos.

Saúdo também o companheiro e arquiteto Luís Baqueiro, que representa aqui o secretário de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente de Salvador, Paulo Sérgio Silva, e que preside a Fundação Mário Leal Ferreira, fundação tão importante no planejamento da Cidade de Salvador.

Quero saudar a amiga Graça Torreão, superintendente de Planejamento e Gestão Territorial da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, que representa, neste momento, o nosso secretário Cícero.

Agradeço pela presença ao vereador Isnar Araújo, que representa o presidente da Câmara de Vereadores de Salvador.

Agradeço pela presença a esta jovem – porque, para mim, ainda é muito jovem – diretora da Faculdade de Arquitetura da UFBA, professora Naia Alban. Tenho laços de amizade muito antigos com sua família. Quero parabenizá-la pela posse na diretoria da Faculdade de Arquitetura e desejar muito sucesso à frente dessa importante escola para a vida da Bahia e de nossa cidade.

Saúdo o diretor da Sociedade Brasileira de Urbanismo (SBU), Fagner Dantas, ao tempo em que agradeço a participação e o apoio que a SBU nos deu durante todo este ano para a construção do seminário sobre os 10 anos do Estatuto da Cidade. Parabenizar o professor André e agradecer a ele, que representa a Coordenadoria do curso de Urbanismo da Uneb, por sua presença; à professora Nélia Machado; e à nossa companheira e amiga Iraildes. E em nome dela cumprimentar e agradecer a presença de todas as lideranças, todos



os presidentes dos movimentos sociais que aqui estão. Agradecer a presença e cumprimentar o nosso superintendente do Ibama na Bahia, Dr. Célio; agradecer a presença do vereador Odiosvaldo Vigas e de todos os demais que vieram aqui nesta manhã para abrilhantar esta sessão especial que tem como objetivo comemorar essa conquista tão importante para a sociedade brasileira, os 10 anos do Estatuto da Cidade. Essa lei tão importante, a “Constituição” da nossa cidade, mas que também tem como objetivo, homenagear uma figura de importância, que é a professora Ermínia Maricato. Também, de forma destacada, uma homenagem a todas as entidades que durante esses 10 anos têm lutado para que esse Estatuto se transforme, cada vez mais, numa lei que de fato modifique a realidade de nossa cidade.

No dia 14 de março deste ano, ao voltarmos a esta Assembleia Legislativa, solicitamos ao presidente desta Casa e à presidenta da Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo que fosse criada uma subcomissão especial para cuidar do desenvolvimento urbano, já que os temas que dão nome à comissão são temas muito amplos e impediriam que fizéssemos um debate mais amplo e mais objetivo acerca do desenvolvimento urbano na Bahia. Essa subcomissão deveria apreciar, discutir políticas, programas, planos, projetos e ações relativas ao desenvolvimento urbano estadual de interesse deste Poder Legislativo.

Desde então, temos realizado uma série de seminários em comemoração ao Estatuto da Cidade. Muitos de vocês estiveram presentes aqui ao longo desses últimos meses, a cada mês, debatendo sobre um tema. No dia 10 de outubro deste ano o Estatuto completou 10 anos da sua promulgação, da sua entrada em vigor. E durante esse período foi possível fazer uma avaliação crítica das políticas urbanas em curso, ao mesmo tempo em que mostraram os desafios que devem ser enfrentados para superação dos entraves e para a plena implantação dessas políticas e dos Estatutos da Cidade. E creio que conseguimos nesses meses. Adiante falarei um pouco mais sobre esses debates.

(Lê) “Eu gostaria de destacar, agora, a história da construção do Estatuto da Cidade, que costumo chamar carinhosamente de Constituição da Cidade, porque é ele que rege a política urbana no Brasil.



Em 1988, com o advento da Constituição Federal, o Brasil viu pela primeira vez um capítulo destinado à Política Urbana. Esse capítulo derivou de uma intensa mobilização no processo de redemocratização brasileira, sendo fruto da Emenda Popular da Reforma Urbana nº 63, de 1987, encabeçada pelo Movimento Nacional de Reforma Urbana. A Emenda da Reforma Urbana foi apresentada na Assembleia Constituinte com 131 mil assinaturas, sendo a que, na ocasião, contou como maior número de subscrições. Uma parte do seu conteúdo foi incorporado aos Artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, porém exigia que uma lei regulamentasse o seu conteúdo. Nascia assim a história da luta pela aprovação do Estatuto da Cidade.

De acordo com relatos do Arquiteto José Bassul, o conteúdo do projeto de lei que se transformou no Estatuto da Cidade teve como autor o senador Pompeu de Sousa, jornalista e professor, que, nascido em 1916 e falecido em 1991, não viveu para presenciar a aprovação de seu projeto, ocorrida em 2001.”

Então, levamos de 88 até 2001 para tentar aprovar o Estatuto da Cidade.

(Lê) “Na justificativa de seu projeto, o senador Pompeu de Sousa afirmou que pretendia conter “a indevida e artificial valorização imobiliária, que dificulta o acesso dos menos abastados a terrenos para habitação e onera duplamente o poder público,”

Essas são palavras do senador Pompeu de Sousa.

(Lê) “forçado a intervir em áreas cuja valorização resulta, na maioria das vezes, de investimentos públicos, custeados por todos em benefício de poucos”. O senador destacava duas das mais importantes funções do Estatuto da Cidade que são: o Princípio da função social da propriedade e a definição de instrumentos de democratização de acesso a terra urbanizada.

Voltando a história, o projeto foi apresentado em 28 de junho de 1989 e recebeu a identificação oficial de “Projeto de Lei do Senado nº 181, de 1989 (Estatuto da Cidade)”. Com parecer favorável do relator, senador Dirceu Carneiro (PSDB-SC), foi aprovado no Senado exatamente um ano depois e enviado à Câmara dos Deputados, onde permaneceu por mais 11 anos e, nesse intervalo, foi reformulado.”



Já na Câmara, esse projeto recebeu 17 anexos, com novas proposições com o mesmo tema. Diversos deputados, inclusive da Bahia, apresentaram anexos a esse projeto durante o período em que ele permaneceu na Câmara Federal.

(Lê) “Finalmente depois de um período de intensos debates políticos, marcados por conflitos de interesses entre segmentos populares defensores da Reforma Urbana, agrupados em torno do Movimento Nacional da Reforma Urbana, e empresários conservadores do setor imobiliário que se sentiam ameaçados com os instrumentos de democratização do acesso à terra urbanizada.

Foram necessárias que várias alterações fossem feitas no projeto de lei e a construção.

(Lê) “construção de um pacto entre os interesses divergentes, o Estatuto da Cidade é finalmente aprovado em 10 de Julho de 2001, sendo sancionado pelo presidente da República, e entrou em vigor no dia 10 de outubro do mesmo ano.”

Portanto, de 2001, há dez anos.

(Lê) “A aprovação do Estatuto da Cidade marcou uma nova ambiência legal, normativa e institucional no âmbito das políticas urbanas, a partir da qual foram criados o Ministério das Cidades, o Conselho Nacional das Cidades (ambos em 2003), o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social.”

Nas diversas suas fases. E foi aprovado o marco regulatório do saneamento básico dentre outras normativas e de ambiência legal que foram criadas.

(Lê) “Mais recentemente consolida-se uma retomada significativa dos investimentos em habitação e saneamento, através do Plano de Aceleração do Crescimento e do Programa Minha Casa, Minha Vida.”

Fase I e Fase II hoje em vigência.

(Lê) “Essa nova concepção de regulação das políticas urbanas, com a afirmação da Plataforma do Movimento Nacional da Reforma Urbana, centrada no direito à cidade, gestão democrática, recuperação da malha urbana e cumprimento da função social da propriedade, foi regida por algumas diretrizes, entre elas:

Como já dizia anteriormente.



(Lê) “- A garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito a terra urbana, a moradia, ao saneamento ambiental, a infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e as futuras gerações;

- A gestão democrática por meio da participação da população na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

- A oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e as características locais;”

De cada cidade deste enorme País. Essas diretrizes ainda.

(Lê) “- A integração e complementaridade entre as atividades urbanas e rurais;

- A justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização;”

Não ficando apenas para um segmento.

(Lê) “- Privilegiar os investimentos geradores de bem-estar geral e o usufruto dos bens pelos diferentes segmentos sociais;

- A recuperação dos investimentos do Poder Público de que tenha resultado a valorização de imóveis urbanos;

- A regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda.”

Essas foram as diretrizes estabelecidas por esse importante instrumento que é o Estatuto da Cidade.

“A partir dessas diretrizes o Estatuto da Cidade disponibilizou importantes instrumentos para a promoção da democratização da terra urbanizada, como por exemplo:” a elaboração dos planos e a exigência para construção dos “planos nacionais, regionais e estaduais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social;

- plano diretor;

- gestão orçamentária participativa;

- imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana – IPTU;

- contribuição de melhoria;



- zonas especiais de interesse social; parcelamento, edificação ou utilização compulsórios; usucapião especial de imóvel urbano e outros instrumentos de regularização fundiária de interesse social; assistência técnica e jurídica gratuita.” , essa proposta do deputado Zezéu Ribeiro, tão importante “para as comunidades e grupos sociais menos favorecidos; estudo do Impacto de Vizinhança (EIV)” que advém a partir daí, do Estatuto da Cidade.

Então, esse plano, essa lei tão importante, como aqui já nos referimos por diversas vezes, mostra também, cria e define uma nova concepção para o plano diretor, que já a “Constituição Federal de 1988 colocava como o principal instrumento da política de desenvolvimento e expansão urbana. A concepção do plano diretor passa a estar vinculada aos princípios da reforma urbana de garantia do direito à cidade, gestão democrática, recuperação da mais-valia urbana e distribuição equitativa de recursos no espaço das cidades.

Mas, apesar das inovações democráticas trazidas pelo Estatuto da Cidade os municípios brasileiros não estão aplicando os instrumentos de regularização fundiária e de captação da mais valia urbana.” Isso ainda não é uma realidade nos nossos municípios. “A implementação desses instrumentos e dos planos diretores participativos é fundamental para a reversão das desigualdades espaciais, da pobreza urbana, da violência e da segregação, que afetam, sobretudo, as camadas mais pobres que vivem nas cidades brasileiras.”

Esse é o nosso grande desafio, o grande desafio, a partir de agora, de cada um de nós que tem o compromisso com a reforma urbana e com a construção de cidades mais iguais e mais justas para todos os seus moradores.

“Durante os 10 (dez) anos de vigência e aplicação do Estatuto da Cidade faltou uma atuação estatal efetivamente comprometida com um programa político no qual a promoção do direito à cidade seja central e onde o Poder Legislativo, nas suas atribuições de formulador de leis, fiscalizador do Poder executivo e de interlocução com a sociedade, tem um papel estratégico.

Foi para potencializar essa perspectiva que a Subcomissão Especial de Desenvolvimento Urbano da ALBA realizou ao longo do ano de 2011 um ciclo de debates sobre os 10 anos do Estatuto da Cidade. Iniciamos as discussões no dia 05 de Maio, através



do Seminário "Mobilidade em debate: fluxos, deslocamentos e alternativas para os sistemas de transportes públicos na Região Metropolitana de Salvador."

Durante esse debate, a Sedur, a Seinfra a Seplan, todos aqui estiveram assim como a prefeitura de Salvador e a prefeitura de Lauro de Freitas. Todos aqui estiveram para debater, para apresentar, para colocar as suas posições sobre os diversos projetos que se debatem na nossa cidade para enfrentar esse que é um grave problema que mostrou mais, uma vez, nessa última semana, com as chuvas que caíram sobre Salvador, o problema grave que temos na nossa cidade, a impossibilidade completa de mobilidade e, também, de acessibilidade para diversas áreas da cidade.

No dia 9 de Junho, com o tema '**10 anos do Estatuto da Cidade: Balanço e Desafios para o Direito à Cidade**'. E aí o Instituto dos Arquitetos, a Sociedade Brasileira de Urbanismo, o Sindicato dos Engenheiros, todos eles aqui estiveram, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano, a Dr^a Graça Torreão, inclusive, trazendo aqui o projeto de lei do Estatuto das Metrôpoles e os critérios propostos para a Instituição de Regiões Metropolitanas na Bahia.

Estiveram aqui conosco o diretor de Estudos da SEI, Edgard Porto Ramos, tratando, debatendo sobre a dinâmica das cidades, da rede e da proposta. O Dr. Edgard Porto apresentava, inclusive, naquele momento, um estudo sobre a dinâmica econômica da rede de cidades do Estado, através do conceito de '*Chassi Metropolitano*', extremamente interessante e que precisa ser ainda mais aprofundado e debatido.

O 3º seminário aconteceu em 15 de Junho e debateu sobre o '**Cenário atual do Planejamento Urbano e das Políticas Urbanas no Estado**'.

E aí volta a Secretaria de Desenvolvimento Urbano a apresentar o conjunto de políticas urbanas em curso na Bahia. O professor Nelson Baltrusis, da UCSAL, apresentou o resultado da pesquisa de avaliação dos Planos Diretores dos Municípios baianos, onde mostra que esses planos, apesar de já terem sido realizados na maior parte dos nossos municípios, eles, de fato, ainda não atendem aos interesses efetivos da necessidade de cada um desses municípios e dos seus cidadãos.



A Comissão Civil de Acessibilidade de Salvador (COCAS) destacou os impasses à acessibilidade nas políticas urbanas e a Sociedade Brasileira de Urbanismo (SBU) abordou a produção imobiliária e o Direito à Cidade.

Em 04 de agosto o tema do 4º Seminário foi o “**Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima**”, onde o Ministério do Meio Ambiente e a Secretaria de Patrimônio da União falou sobre o Projeto Orla no Brasil inteiro e na Bahia, e a Secretaria de Meio Ambiente do Estado apresentou ainda o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro, que precisa ser ampliado, debatido e com maior participação de todos os entes envolvidos.

O 5º seminário, em 29 de Agosto, teve como tema os '**Desafios para a Regularização Fundiária de Interesse Social**', que é uma das diretrizes estabelecidas pelo Estatuto da Cidade. Contudo, conforme pesquisa, ainda, de 2007, do Ministério das Cidades e do CONFEA, apesar de 72,7% dos municípios brasileiros terem elaborado ou terem revisado seu planos diretores, após a aprovação do Estatuto da Cidade, terem previsto ZEIS, apenas 13,7% do conjunto desses municípios apresentaram estratégias para a oferta de terras para novas moradias em seus planos diretores.

Esse cenário evidencia os desafios para a superação do imenso passivo de déficits urbanos do Brasil, já que de acordo com o estudo da Fundação João Pinheiro, publicado em 2009, o Brasil tem, atualmente, cerca de 10,4 milhões de domicílios com carência de infraestrutura no país. Na Bahia, essa carência atinge em torno de 598 mil domicílios.

Nesta Mesa a SEDUR, ainda, aponta as questões da '**Regularização Fundiária de Interesse Social nos Imóveis do Estado**'. A Defensoria Pública do Estado esteve aqui presente e o professor Luiz Antônio de Souza, do Curso de Urbanismo da Uneb, expôs sobre a experiência do Plano Diretor de Bairro de Nova Constituinte.

O último seminário, em 31 de Outubro, debateu o **Direito à Cidade nas Políticas de Reabilitação de Áreas Centrais**. Nós iniciamos um processo de debate com os diversos órgãos que compõem o Estado, debatendo a preservação e a proteção do patrimônio histórico cultural, que ocupam um lugar de relevo na Constituição Federal de 1988. O Estatuto da Cidade reforçou essa orientação, instituindo como diretriz a proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico,



artístico, paisagístico e arqueológico. Tal diretriz deve ser articulada com a garantia do direito a cidades. Importante destacar que o Diagnóstico do Plano de Reabilitação do Centro Antigo de Salvador estima a existência, nesta área, de 1.101 edificações ou lotes ociosos ou subutilizados, havendo 466 imóveis em ruínas, 486 fechados e 149 lotes baldios no centro antigo da cidade. A proteção e a reabilitação de áreas centrais devem estar associada à instituição ou qualificação de usos e atividades de interesse social, possibilitando a democratização e apropriação destes espaços pelo conjunto da sociedade.

A professora da UFBA e consultora do Plano de Reabilitação do Centro Antigo de Salvador Ângela Gordilho abordou a questão do Direito a Cidade no Plano de Reabilitação do Centro Antigo de Salvador. A Companhia Docas do Estado da Bahia apresentou propostas de seu projeto para a revitalização do Porto de Salvador. O Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia abordou o aspecto da compatibilização entre conservação e preservação patrimonial e o uso de interesse social.

Em todas as mesas de debates realizadas foram convidados como debatedores pesquisadores da Universidade e lideranças de Movimentos populares e sociais que lutam pelo direito à cidade. Todas essas atividades geraram um ambiente democrático de discussão com o levantamento de questões, críticas e propostas por diferentes segmentos da sociedade baiana em relação as políticas urbanas que discutimos durante esse período.

Hoje, 11 de Novembro, a Subcomissão Especial de Desenvolvimento Urbano encerra este importante ciclo de discussões, com a realização dessa Sessão Especial, que tem o objetivo de comemorar os 10 anos de aprovação do Estatuto da Cidade. Afirmamos com muita alegria que essa sessão vai ficar registrada de modo muito especial na história dessa Casa, por vários motivos:

- Primeiro, porque comemoramos a aprovação dos 10 Anos do Estatuto da Cidade, seguros da importância e do seu conteúdo inovador de afirmação do direito à cidade, mas conscientes dos enormes desafios e da emergência da necessidade de sua plena aplicação, para construção de fato de cidades que todos temos direito às cidades onde a garantia de vida esteja assegurada.



- Essa sessão acontece na Semana do dia Mundial do Urbanismo, comemorado no dia 8 de Novembro. É mais uma coincidência importante.

- Também hoje para nossa alegria, celebramos também a aprovação por esta Assembleia Legislativa do Título de Cidadã baiana concedido à ilustre professora Ermínia Maricato, nossa homenageada especial desta manhã, aqui na Assembleia Legislativa.”

Senhores, permitam-me falar um pouco sobre a nossa homenageada, uma companheira, mulher que se destaca com a sua história de trajetória na conquista, na luta para a construção de cidades mais justas onde todos possam viver de forma igual. A trajetória dessa cidadã baiana é digna de aplausos e elogios para todos aqueles que a conhecem e sabem de sua existência, e tomamos conhecimento dela através de seus livros e ensinamentos, mas a conhecemos também como a figura humana que ela representa.

(Lê) “Ermínia é Professora titular de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, foi professora visitante em universidades do Canadá, África do Sul, da França, foi Secretária de Habitação e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura de São Paulo entre 1989 e 1992, foi Ministra Adjunta das Cidades entre 2003 e 2005. Foi consultora ad-doc da FINEP, CAPES, CNPQ, FAPESP, e também de inúmeras prefeituras no Brasil.” Inclusive, aqui, ontem, nós estávamos num jantar em homenagem ao Sesi, vimos também que ela esteve debatendo e discutindo, logo no início da criação do Sesi, os primeiros trabalhos, os primeiros projetos. Portanto, foi consultora de várias prefeituras do Brasil e também de prefeituras do exterior, em outros países do mundo, criou o Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos da FAUUSP, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, formulou a proposta de criação do Ministério das Cidades.

Em 2006 foi premiada, e vou destacar aqui alguns dos prêmios recebidos. Recebeu o Prêmio Juan Torres Higuerras da Federação Panamericana de Associações de Arquitetos; em 2007, o Prêmio Arquiteto do Ano e tantos outros que passaríamos aqui toda a manhã e o início da tarde falando dos diversos prêmios, das diversas conferências e das diversas ações pelas quais passaram e tiveram a participação dessa companheira, dessa mulher que hoje aqui homenageamos com o Título de Cidadã Baiana.



Esses são apenas alguns passos que foram trilhados por uma das mais importantes, senão a mais importante, pensadora da política urbana brasileira. Parabéns, Ermínia! A partir de hoje, você é a nova Cidadã deste estado. (Palmas)

E posso, Ermínia, entender a sua emoção, porque eu tive também o privilégio, nesta tribuna, nesta Casa, receber o Título de Cidadã Baiana, apesar de não ter nascido aqui, mas escolhido esta terra como minha terra. Posso imaginar a emoção que você está sentindo neste momento que foi, também, a minha emoção naquele momento em que recebi o Título de Cidadã Baiana.

Fazendo esse parêntese, queríamos dizer que, hoje, também aqui, vamos saudar e homenagear importantes personalidades, instituições e movimentos sociais que se destacaram, local ou nacionalmente, na luta histórica pela aprovação e aplicação do Estatuto da Cidade.

O deputado Zezéu Ribeiro, o Movimento Nacional de Luta pela Moradia, a União Nacional de Moradia Popular, a Confederação Nacional das Associações de Moradores, a Central de Movimentos Populares, a Coordenadoria Ecumênica de Serviços, a Sociedade Brasileira de Urbanismo, os sindicatos, o meu Sindicato dos Engenheiros, o Instituto dos Arquitetos do Brasil, secção Bahia, e o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia da Bahia estão sendo, aqui também, homenageados nesta manhã por suas participações, trabalhos e luta em prol da construção do Estatuto da Cidade.

Esperamos, assim, ajudar a cumprir o dever público desta Casa Legislativa no que diz respeito a uma atuação comprometida com a promoção do direito à cidade e ao cumprimento da função social da propriedade, através das atribuições e competências próprias do Poder Legislativo enquanto formulador de leis, fiscalizador do Poder Executivo e interlocutor principal com a sociedade baiana.

Agradeço a presença de todos vocês. Parabênizo a Ermínia e a todas as entidades e movimentos aqui homenageados. Vida longa ao Estatuto da Cidade! Vida longa e garantia da luta pelo direito à cidade.

Muito obrigada. (Palmas)



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Quero agradecer o excelente pronunciamento da deputada Maria del Carmen.

(Não foi revisto pela oradora.)



DL-02

Ses. Esp. 11/11/11

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Gostaria de convidar, para fazer parte da Mesa, o Sr. Superintendente do Ibama, Célio Costa Pinto. Sem dúvida nenhuma, é um dos melhores gestores do governo federal neste Estado.

Gostaria, também, de que a deputada Maria del Carmen assumisse o seu lugar na presidência desta sessão.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria del Carmen):- Agora, nós vamos fazer a entrega do Título de Cidadã Baiana a nossa homenageada professora e doutora Ermínia Maricato que, a partir de hoje, se transforma numa nova Cidadã Baiana para orgulho de todos nós, baianos, e, em especial, para aqueles envolvidos pela luta da reforma urbana.

Quero convidar o deputado Zezéu Ribeiro para, juntamente comigo e o deputado Marcelino Galo, fazermos a entrega desse Título merecido à nossa homenageada. (Palmas)

E Ubiratan Félix, que foi o grande idealizador da proposta, desde o primeiro momento, para que entregássemos o título a Ermínia. (Palmas)

(Lê) *“A Assembleia Legislativa do Estado da Bahia confere à Sr^a Ermínia Terezinha Menon Maricato o Título de Cidadã Baiana, projeto de autoria da deputada Maria del Carmen, Resolução nº 1.510/2011.*

Salvador, 11 de novembro de 2011.

Deputado Marcelo Nilo, Presidente;

Deputado J. Carlos, 1º Secretário;

Deputado Elmar Nascimento, 2º Secretário.”

Fazendo justiça, o deputado Yulo Oiticica, que não está aqui hoje, foi coautor desse projeto e assina comigo a concessão do Título de Cidadã Baiana a Emília Maricato. Ele já o havia apresentado anteriormente e não tomamos conhecimento disso por alguma falha das comissões.

(É feita a entrega do Título de Cidadã Baiana a Emília Maricato.)



Convido o deputado Marcelino Galo e Ubiratan Félix para, juntamente comigo, entregarem a Zezéu Ribeiro a placa de homenagem da Assembleia Legislativa por sua luta em prol da construção do Estatuto da Cidade. (Palmas)

São todas com o mesmo teor.

(Lê) *“Dez anos de aprovação do Estatuto da Cidade.*

A Assembleia Legislativa da Bahia homenageia o deputado federal Zezéu Ribeiro por sua participação na construção desta história de luta pelo direito da cidade.

Salvador, 11 de novembro de 2011.

Maria del Carmen, deputada estadual, coordenadora da subcomissão Especial de Desenvolvimento Urbano.” (Palmas)

(É feita a entrega da placa de homenagem a Zezéu Ribeiro.)

Convido, agora, Lucivalda Moura, representando a Coordenadoria Ecumênica de Serviços (Cese), para receber a placa do Cese. (Palmas)

Peço a Ermínia e a Ubiratan Félix que entreguem a placa ao Cese. (Palmas)

(É feita a entrega da placa de homenagem ao Cese.)

Convido Maria Cirlene Santana, do Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN), para receber a placa em prol dessa luta.

Convido Daniel Colina para, juntamente com Marcelino Galo, entregar a placa. (Palmas)

(É feita a entrega da placa de homenagem a Maria Cirlene Santana.)

Convido João Pereira, da Confederação Nacional das Associações de Moradores (Conam), para receber sua placa. (Palmas)

Convido o Sr. Zezéu Ribeiro para, juntamente, entregar esta placa a João Pereira.

(A Sr^a Presidente procede à entrega da placa de homenagem.) (Palmas!)

A Sr^a PRESIDENTE (Maria del Carmen):- Convido o Sr. Joselito para receber a placa de homenagem para a União Nacional de Moradia Popular em nome de Marli Carrara, essa destacada lutadora em prol do Estatuto da Cidade e do Movimento da Cidade Justa.

Sr. Zezéu, por favor, venha fazer a entrega da placa a Joselito juntamente comigo.

(A Sr^a Presidente procede à entrega da placa de homenagem.) (Palmas!)



A Srª PRESIDENTE (Maria del Carmen):- Convido o Sr. Agnaldo Evangelista, da Central dos Movimentos Populares, para receber aqui a sua placa de homenagem – nosso santinho! Convido a Srª Graça Torreão para, junto conosco, entregar a placa.

(A Srª Presidente procede à entrega da placa de homenagem.) (Palmas!)

A Srª PRESIDENTE (Maria del Carmen):- Convido a Srª Iraildes e o Sr. Idelmário Proença para receberem a placa de homenagem em nome do Movimento do Sem Teto Salvador – MPS.

(A Srª Presidente procede à entrega da placa de homenagem.) (Palmas!)

A Srª PRESIDENTE (Maria del Carmen):- Convido a nossa assessora, durante o período na Subcomissão de Desenvolvimento Urbano, grande batalhadora, apesar de bastante jovem, Diretora-Presidente da Sociedade Brasileira de Urbanismo, Srª Glória Cecília dos Santos Figueiredo.

(A Srª Presidente procede à entrega da placa de homenagem.) (Palmas!)

A Srª PRESIDENTE (Maria del Carmen):- Vamos homenagear o CREA em nome de Jonas Dantas. Como ele não está aqui, convido Renato Andrade para receber em nome de Jonas. Jonas estava aqui, mas teve de se ausentar pois vai participar de uma palestra. (palmas)

Convido Daniel Colina para receber a placa em nome de Naira, conosco aqui com o deputado Zezéu Ribeiro, pela sua luta e sua participação na construção dessa história pelo direito da cidade. (palmas)

Por último, mas não menos importante, ou tão importante quanto os demais já homenageados, oferecemos e convidamos para receber a sua placa pela participação na construção dessa história de luta pelo direito da cidade, o presidente do Sindicato dos Engenheiros da Bahia, Ubiratan Félix Pereira dos Santos. A ele faço questão de entregar. (palmas)

Gostaríamos de homenagear muitos outros que aqui estão, que tiveram o mesmo papel, a mesma importância, a mesma trajetória, mas, simbolicamente, tínhamos de homenagear alguns. Portanto, escolhemos alguns para fazer a homenagem, considerando que muitos outros precisariam também ser homenageados.



Quando tivermos os 20 anos do Estatuto da Cidade, outros, talvez, estarão aqui homenageando tantos outros que também merecem receber esse destaque e esse cumprimento que, na realidade, é a perspectiva de relembrar toda a trajetória e toda a história.



2242-I

Ses. Esp. 11/11/11

Or. Ermínia Maricato

A Sra. PRESIDENTE (Maria del Carmen):- Passaremos a palavra para nossa homenageada e conferencista Ermínia Maricato, que falará sobre o impasse da política urbana no Brasil. (palmas)

A Sr^a. ERMÍNIA MARICATO:- Quero agradecer; eu não sou deputada e não sei fazer aquele discurso de “agradeço a fulano...”

Quero falar da Maria, do Marcelino, e agradecer a toda essa Mesa que está sendo homenageada junto comigo.

Como vou agradecer? Vou contar um caso.

Quando era estudante de arquitetura, a minha faculdade tinha um ônibus, e todo ano os professores escolhiam alguns alunos para vir à Bahia. Isso foi em 1970, pra vocês terem uma ideia. Acho que esses professores usavam isso como desculpa para virem à Bahia, “vamos ver a arquitetura baiana”. Não que a arquitetura na Bahia não mereça uma visita, merece, sim. Mas, a Bahia tem muito mais do que arquitetura, e quando chegamos, percebemos.

O ônibus chegou na faculdade de arquitetura e nós estávamos cansados, queríamos tomar banho, e não havia onde ficar nem onde tomar banho. Era um ônibus cheio de estudantes. E aí um estudante de arquitetura chamado Luís Baqueiro nos convidou para tomar banho na casa dele, que ficava perto da faculdade. E aí eu conheci uma das figuras mais impressionantes da minha vida, dona Ildélia, que se tornou minha mainha. Até o nome mainha é uma coisa da Bahia. Mainha, uma coisa tão bonita, tão doce. A dona Ildélia ficou sendo nossa hospedeira durante muitos anos. Éramos cinco, mas trouxemos muito mais irmãs, amigas e primas para a casa da dona Ildélia. Vocês imaginem que numa casa modesta entrarem cinco estudantes e ela não nos deixou ir embora. Nós ficamos, comemos e dormimos apertadas lá, e eu nunca tinha visto isso na minha vida. Eu nunca tinha visto esse desprendimento, esse carinho. Depois a gente também recebeu o pessoal lá em São Paulo. Eu fiquei vindo para a Bahia durante muitos anos, namorei bastante aqui na Bahia, numa



época...Agora eu sou uma senhora de respeito! A minha mãe biológica tinha ciúme, e dizia: “Que história é essa? Todos os anos, duas vezes ao ano você vai à Bahia? Telefona, e é mainha daqui, mainha dali!”

Aí eu tomei contato com algumas coisas muito próprias da Bahia. Só a Bahia que tem isso no Brasil. Só a Bahia tem algumas características. Sem falar da questão da cultura e da musicalidade, que é impressionante. Eu sou da época em que a Pituba era uma praça com algumas casas em volta. Havia o Português, que era o clube mais importante que tinha por ali. Hoje, eu chego lá e não reconheço. Itapuã era parecida com o que é, hoje, a Praia do Forte. Havia peixinhos na beira da praia. Isso também fez com que eu me interessasse pela história de Salvador. Naquela época a gente falava cidade da Bahia, e depois eu descobri que o próprio Gregório de Matos falava cidade da Bahia.

Eu me interessei em conhecer Gregório de Matos e padre Antônio Vieira, os quais são do século XVII. Vale a pena reler Gregório de Matos, pois ele tem textos atualíssimos sobre a Bahia e o Brasil. Nós podemos conhecer a história do Brasil através do conhecimento da cidade de Salvador, que é muito importante, e através dessas figuras importantes. Eu me lembro - quando eu fiquei tentando pensar o que eualaria - que uma das coisas mais importantes que eu estudei foram os chamados sobrados que ficam na área do porto, ou ficavam, que tinham quatro andares e a cozinha ficava no último andar. Por que? Porque havia os escravos para carregar os alimentos, a madeira, a água e a água servida que saía da cozinha. Eles iam subindo quatro lances de escada, porque no térreo era uma loja, no primeiro andar era a casa da família...

Então, Gilberto Freire destaca que, no Brasil, as cidades se atrasaram na construção da infraestrutura, de água, esgoto, iluminação... O ensaio diz: “Para que ventilador se havia um escravo para ficar abanando a patroa? Para que água encanada se tinha um escravo para carregar as águas? Para que o esgotamento se tinha um escravo para carregar o esgoto que era jogado nas praias?” Então, ele afirma como a escravidão atrasou o nosso País no sentido de que ele se moderniza, hoje a gente vê isso, muitos autores brasileiros falam, carregando o peso da escravidão, porque não dá valor ao trabalho. Nós vivemos num país onde o trabalho manual é desprezado. Para ser vereador, na época do



Brasil colônia, não podia ser trabalhador, não sei se vocês sabiam disso. Tinha que ser cristão, não podia ter profissão manual e ser branco.

Então, nós carregamos um peso na história do Brasil e na história das nossas cidades. Fico muito impressionada como nas escolas não conseguimos interessar nossas crianças com nossa história, que é tão rica, apesar de tanto sofrimento, porque os escravos trouxeram uma tradição muito importante para o Brasil. Preciso parar por aqui, porque tenho que fazer uma fala mais contemporânea, mas quero dizer para vocês que a nossa mainha, dona Eudélia, deve estar muito feliz de ver que finalmente sou baiana!

(Palmas)

Muito obrigada, gente. Vamos falar o seguinte: hoje à noite vou fazer uma palestra um pouco mais comprida, eu gosto muito de falar e este é o problema. Vou ver se encurto um pouco aquilo que eu queria dizer para vocês e tem algumas imagens que eu gostaria de projetar. Mas, hoje o que eu quero, pensando que a maior parte do público é do movimento social, quero fazer uma reflexão no seguinte sentido: a proposta da reforma urbana surge no Brasil mais significativamente em 1963, momento em que o nosso país estava numa situação muito importante e específica, porque tínhamos várias propostas de reformas e o que tinha de gente pensante e mobilizada se organizou em torno de certas propostas.

A proposta principal que tinha mais força política era de reforma agrária, que não foi feita até hoje, como todos sabem, e é de 63. Havia uma proposta de reforma da saúde, da educação e da política administrativa. A proposta de reforma urbana surgiu naquela época, 1963, como a última das propostas que se configurou, porque naquela época o Brasil não era tão urbanizado quanto é hoje, pois tínhamos mais ou menos metade da população brasileira nas cidades e estas não apresentavam problemas tão complexos quanto apresentam hoje, que mais de 84% da população está nas cidades no Brasil.

Tivemos nesse período muita gente que saiu do campo e foi para a cidade e essa migração não encontrou uma forma de fazer parte da cidade e mesmo do mercado de trabalho, -de vez em quando, com o desemprego muito alto como tivemos nas décadas de 80 e 90. Aquele período o Brasil estava configurando uma parte da população mobilizada por reformas para se tornar um país mais democrático e mais igualitário. Isso também tem a ver



com a luta que os países da América Latina fizeram e que resultou na libertação de Cuba de uma ditadura sangrenta.

Mas em seguida tivemos nossa ditadura e esse primeiro ciclo da proposta de reforma urbana, que foi feito num encontro de arquitetos, não tínhamos, naquela época, significativa participação popular. Esse círculo se encerra com a ditadura militar. A ditadura cassou, prendeu, matou. Eu sei que a maior parte de vocês não têm a minha idade e não acompanharam esses acontecimentos.

Eu fazia trabalho político na periferia de São Paulo, e o povo brasileiro nem sabia o que estava acontecendo. Não sabiam que os jornais tinham censura; não imaginavam que pessoas estavam sendo mortas sob tortura.

É uma história que nós não resgatamos até hoje neste país. A história de quem torturou e onde estão as pessoas desaparecidas naquela época.

Então, nós na luta contra a ditadura trouxemos novamente a proposta de reforma urbana. Já tínhamos uma parte do movimento popular, que se organizava para reivindicar transporte. As primeiras manifestações importantes foram contra o aumento do custo de vida. Isso aconteceu em 1975 com a participação forte do PCdoB, nos bairros de São Paulo.

A luta pela reforma urbana avançou nas décadas de 80 e 90. Ela reuniu ONG's, lideranças sociais, sindicais, profissionais, professores, intelectuais, pesquisadores, autoridades do executivo e do legislativo. Nós elegemos prefeitos. O movimento de reforma urbana elegeu deputados federais, vereadores e alguns dos que, na verdade, estão aqui.

Então, nos tornamos muitos fortes durante os anos 80 e 90. Tivemos muitas conquistas neste país. Na década de 80 começaram a surgir as prefeituras democráticas. A eleição de prefeitos nas capitais era proibida pelo regime militar, mas, mudou durante a década de 80.

Alguns municípios começaram a promover uma administração, que nós chamamos de democrático popular. Eram umas administrações que entendiam a participação como importante e começaram a promover processos como: o orçamento participativo; urbanização das favelas; regularização fundiária. Nós avançamos a ponto de conquistar novas leis, como Maria del Carmen citou, consórcios públicos, em 2005, que permitem aos



municípios se consorciarem em torno de alguma demanda; saneamento, a Lei Nacional do Saneamento em 2007; o Fundo Nacional de Habitação e Interesse Social, salvo engano é de 2005; o Estatuto das Cidades de 2001; a lei de resíduos sólidos foi aprovada este ano.

Nós ganhamos novas instituições com esse nosso movimento de reforma urbana. Temos, no país hoje, mais de 20 mil conselhos participativos que funcionam, como Criança e Adolescente, Cidades e Habitação, Educação, Saúde etc.

Nós conquistamos o Ministério das Cidades, o Conselho das Cidades, a Conferência Nacional das Cidades; tivemos a campanha do Plano Diretor Participativo e existem vários programas sociais que mudaram a agenda nacional. Isso é importante. Quem quer que se eleja ao governo federal não vai poder voltar atrás no que se refere ao Bolsa Família, Pronuni, crédito consignado, Pronafi, a aquisição de alimentos, PAC, Minha Casa Minha Vida, ou qualquer coisa pelo menos semelhante.

Foram muitas conquistas, mas as cidades pioraram. Não vou cansar vocês com os dados da área de saneamento e habitação neste País. Então o que é que há? O que é que houve? Por que as cidades pioraram? Estamos vendo a tragédia em Salvador, que não é de Salvador, é de todas as metrópoles brasileiras. O que é que houve? Nós precisamos refletir. Como conquistamos tanto e as nossas cidades pioraram? É porque o centro da reforma urbana não foi mexido. Que seria o quê? A questão da terra, a questão da democratização do acesso à terra ou aos imóveis. Quando digo terra urbana, é terra infraestruturada, não estou falando de terra nua, porque terra nua não é cidade, onde não tem asfalto, não tem água, não tem transporte. Para morarmos numa cidade, temos que ter tudo isso, iluminação pública, um mercado próximo, um transporte coletivo eficiente.

Nossas cidades mudaram muito. Eu vejo Salvador, a cada 10 anos a cidade se transforma. Lembro-me da primeira vez que vi o shopping Iguatemi. O que era aquele bairro? E, hoje, que estou hospedada no bairro estou vendo como está. Dinheiro, há. As construções são tão luxuosas que nos envergonham, mas os pobres estão do mesmo jeito, despencando de morros a cada chuva. Eu não diria do mesmo jeito, porque vão me chamar de pessimista. Essas conquistas são importantes, mas no País, no Brasil, quando as leis ferem os interesses dos poderosos, não são aplicadas. Então, conquistar a lei foi uma luta, agora,



colocar a lei em funcionamento é outra. Por isso, digo que acabamos o fim de um ciclo. Por que? Porque todas as nossas conquistas estão restritas ao espaço institucional. E o Estado no Brasil é uma máquina de cooptação. O governante às vezes nem quer isso, como vi em Brasília, mas a máquina engole as pessoas, anula a capacidade de luta das pessoas.

É muito importante lembrar isso. Desde 1963 a questão da terra estava no centro da reforma urbana, no primeiro ciclo. No segundo, também ela estava no centro da reforma urbana. Por isso, que lutamos tantos anos para termos o Estatuto da Cidade. O Estatuto da Cidade é uma lei tão interessante, tão apropriada, que somos convidados para dar consultoria no mundo inteiro sobre ele. Se quisesse, ficaria rica só de falar sobre o Estatuto da Cidade na África, na Ásia, na Ásia do Pacífico.

Mas em alguns lugares que fui, como a Índia, disse que o Estatuto da Cidade não está sendo aplicado no Brasil. É muito importante que eu seja honesta.

E por que não está sendo aplicado?

Porque, para alguns, a cidade é um grande negócio; para outros, a cidade é o lugar de viver. Existe uma grande diferença de ponto de vista. E cada terreno, quando é realizada uma obra pública no local, muda de preço. Então, existe uma renda da qual os proprietários se apropriam sem trabalhar, só sendo proprietário. E há uma luta surda na sociedade para a apropriação dessa renda.

Façam uma análise dos investimentos nos orçamentos das câmaras, das assembleias e do Congresso. Desconfio, mas precisaríamos provar, que Salvador investe muito em obras viárias. Quanto a essas obras – estou falando ao longo do tempo e não de políticos ou partido –, eu soube pelo Bira que 8% da população de Salvador andam de automóvel, e é esta população que recebe os benefícios das obras viárias.

O automóvel é o rei das nossas cidades atualmente. Elas estão ficando entupidas de automóveis enquanto o transporte coletivo, no Brasil inteiro, é colocado em segundo plano.

Para se ter uma ideia, os automóveis receberam de subsídios no Brasil, segundo a Associação Nacional de Transporte Público (ANTP), R\$ 24 bilhões em determinado ano desta década, enquanto o transporte público recebeu de R\$ 2 bilhões a R\$ 3,9 bilhões.



Não sei se vocês estão acompanhando esse movimento nos Estados Unidos e na Espanha contra o capital financeiro. E dizem: “Nós estamos indignados.”

É assim que devemos ficar quando vemos a situação do transporte público nas cidades brasileiras: indignados!

Durante a crise de 2008, a indústria automobilística brasileira recebeu subsídios públicos. No entanto, essas mesmas empresas automobilísticas enviaram para o exterior R\$ 12,4 bilhões e investiram em novas empresas R\$ 3,6 bilhões. É um ralo de dinheiro que sai do Brasil. E engolem o nosso dinheiro para entupirem as nossas cidades de automóveis.

E a política de apoio ao automóvel, não há urbanista algum no mundo que não saiba que ela é inviável, porque no dia em que todo mundo tiver um automóvel a cidade não andar.

Temos congestionamentos em São Paulo com mais de 100km. As pessoas ficam horas paradas no trânsito, estressando-se e perdendo horas em que poderiam estar no trabalho ou com as famílias.

Vejam, o automóvel é o fator de maior impacto no aquecimento global, e o aquecimento do planeta é uma realidade. Não estou falando bobagem de cientista, não.

A qualidade do ar das cidades está ficando comprometida. Em São Paulo, há uma pesquisa da USP mostrando que acontecem mais mortes por ataques cardíacos em dias de alta poluição; sem falar em doenças respiratórias em crianças, em câncer da laringe.

E São Paulo é o maior indicador do Brasil. Ele induz a ocupação espraiada do solo; ele é um dos principais responsáveis pela impermeabilização do solo; impermeabilização do chão significa enchente, porque a água tem que ter onde penetrar. É a melhor forma de resolver problema de enchente, além, obviamente, das obras de drenagem. Ele é uma das maiores causas por incapacitação ou morte no Brasil.

Ouvi no rádio, eu nem tinha esse dado, que em 2008 morreram 40 mil brasileiros por acidente de automóvel e caminhão. É a política rodoviarista. Acabamos com os nossos trilhos, aqui vocês têm um trenzinho histórico muito importante, nós acabamos com os nossos trilhos e temos dados de morte que são números de guerra civil (Palmas), 40 mil por



ano, porque quem está dentro do automóvel não respeita a faixa, não respeita pedestre, acha-se dono do mundo. Temos que mudar essa cultura.

Queremos transporte coletivo; queremos a função social da propriedade prevista na Constituição Federal e no Estatuto da Cidade; queremos saneamento básico. Como é que fazemos para que as pessoas deem mais importância para uma coisa invisível que fica embaixo da terra do que para uma ponte ou um viaduto ou uma avenida nova que vai promover a especulação imobiliária?

Queremos controle do mercado imobiliário. Fica parecendo que é uma socialista revolucionária falando, controle do mercado imobiliário. Vai no capitalismo europeu, vai na Suíça, ninguém constrói o que quer não. Constrói aquilo que está no plano; constrói aquilo que é melhor para a sociedade. Não fica fora da cidade uma parte da população.

Quantas pessoas temos fora da cidade no Brasil? Ninguém sabe, para começo de conversa. Se você for pegar o IBGE, que mede bem muita coisa, temos lá quem mora em habitação subnormal e é subdimensionada. Nós temos alguns estudos. Aqui em Salvador tem a tese de doutorado da professora Ângela Gordilho; no Rio de Janeiro tem o mestrado do ex-presidente do IAB, Carlos Fernandes; em São Paulo tem um estudo. Enfim, cada cidade tem alguns estudos que nos dão alguma medida da população que vive ilegalmente, que construiu as suas casas, muitas vezes em área de risco, óbvio, porque não tem dinheiro para comprar um lote legal, com escritura.

Quantas pessoas moram em área ilegal em Salvador? Segundo a Ângela, apenas um terço da população da metrópole. Nós temos cidades que na periferia da região metropolitana moram ilegalmente 70 a 80% da população.

Então, estamos falando como o pessoal de *Wall Street*, os indignados, que somos a maioria; os indignados são a maioria. Eles estão falando lá: nós somos 99%, os bancos são 1%. Então não é justo os bancos retirarem as casas das pessoas.

Estou esperando aqui olhar para Maria para ver qual a hora de parar. Vocês estão percebendo que o meu discurso não é muito acadêmico, não é, porque a gente consegue se indignar com o que vê.



Eu queria dizer para vocês que a agenda política do governo federal mudou. O governo Lula tirou da miséria vários milhões de pessoas com o Bolsa Família. Tenho os dados no meu livro. E nós tivemos uma parte da população que ascendeu à classe média.

Então, é preciso reconhecer que houve avanço, mas não em relação à política urbana, à questão fundiária. Vocês sabem que, hoje, na zona rural do Brasil, a concentração de propriedades é igual à concentração de 30 anos atrás, porque estamos alimentando o mundo no Brasil com o agronegócio. Estamos também exportando celulose, minérios, além de grãos e carnes, e etanol.

O Brasil foi escolhido pela globalização para ser um dos celeiros no mundo. Mas a maior parte que vai para a nossa mesa é do pequeno agricultor. E somos também campeões em consumo de agrotóxico no mundo. São cinco quilos por pessoa no Brasil. E, cientificamente, está provado que isso tem a ver com câncer. Cada vez que vocês comprem alguma coisa no mercado, lavem bem para não engolir agrotóxico, que é veneno. Se possível, comprem orgânicos, que, infelizmente, são mais caros. Há um filme muito interessante do Sílvio Tendler com o título “O Veneno está na Mesa”. Por favor, reúnam-se, vejam o filme e discutam.

Costumo dizer o seguinte: estou muito interessada no campo, até porque não dá para discutir cidades sem discutir o campo, não é? O campo nos dá cinco quilos de agrotóxicos por habitante. E vocês sabem o que a cidade devolve para o campo? O esgoto de 60 milhões de pessoas nos rios, nos córregos etc.

É muito importante discutir essa coisa toda e também combater o analfabetismo urbanístico. Temos que conhecer a nossa cidade e os orçamentos públicos. Temos que entender por que há tanta riqueza perto de tanta pobreza, por que as nossas cidades são insustentáveis, porque a questão ambiental veio para ficar.

Gostaria, Zezéu, de que fizesse parte do currículo escolar brasileiro uma disciplina sobre a questão urbana, sobre conhecer as cidades brasileiras. Queria dizer a vocês que tudo o que falei aqui não se refere a uma pessoa, a um partido. Depois de muita prática na vida toda, estou consciente que temos de ir além da prática política diária e entender o que o capitalismo faz num País como o nosso.



Sei que parece difícil pensar esse tipo de coisas. Mas é necessário que entendamos, dentro da luta pelo novo ciclo da reforma agrária, que vamos vencer certas coisas, se entendermos o capitalismo.

Eu vou citar uma frase aqui do padre Antônio Vieira, que nasceu em Portugal e morreu aqui na Bahia. Ele também fazia sermões importantes no século XVII, em Salvador. Ele escreveu isto, este texto, em mil seiscentos e poucos. (Lê) “Neste mundo há muitas misérias que não são ignorâncias; e não há ignorância que não seja miséria.”

Obrigada a todos vocês e a meus companheiros de luta de tanto tempo. (Palmas)

A Srª PRESIDENTE (Maria del Carmen):- Obrigada Ermínia, e parabéns pela sua fala.

(Não foi revisto pela oradora.)



2243-I

Ses. Esp. 11/11/11

Or. Zezéu Ribeiro

10 anos de aprovação do Estatuto da Cidade.

A Sr^a PRESIDENTE (Maria del Carmen):- Quero registrar a presença e convidar, para fazer parte da Mesa, o deputado federal Nelson Pellegrino, coordenador da Bancada Federal da Bahia.

Quero agradecer as presenças dos deputados Álvaro Gomes, Pastor Sargento Isidório e do Capitão PM, corregedor Edeildo Rangel Santos, que representa o coronel Marconi Calmon do Nascimento, corregedor chefe da PM/BA; de Jandira França, presidente do Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas do Sinarq/BA; de Francisco Marques, diretor da Fameb; de João Pereira que já foi homenageado aqui, da Fabs; de representantes da Tessatur; da Torres Construções; representantes da Conder, da Lucky Engenharia e do Sinduscon, Lucy; representante da Conan, do Cese; do Sinduscon/Bahia; de diversas associações de moradores que estão aqui, de vários representantes do Movimento Sem Teto, de diversas lideranças comunitárias de outros movimentos, do Sinaenco, do Movimento Paulo Jackson que está aí sentadinho no local que ele sentava – a nossa flor, mesmo invisível, continua aí nesse local; do MNLM, do Inovar; do Concidades, vários conselheiros, também sou membro do Concidades/BA, do MSTB, da Faculdade de Arquitetura, vários colegas da Conder que estiveram aqui presentes e ainda estão aqui.

Agradeço a presença de todos.

Passo a palavra ao deputado licenciado e secretário do Planejamento do Estado da Bahia, Zezéu Ribeiro

O Sr. ZEZÉU RIBEIRO:- Bom-dia a todos os companheiros e companheiras que fazem parte dessa luta. É uma luta histórica do povo brasileiro, é a luta do direito à cidade, do direito à moradia, meus companheiros de Mesa. Ressalto, aqui, a companheira Ermínia Maricato que se referiu às vindas dela à Bahia no início dos anos 70. Íamos para São Paulo. Éramos conhecidos como a “Turma da Lata”, lembra disso? Porque tinha sempre um



“sambazinho” da delegação da Bahia e o seu Baqueiro era personagem desse processo importante.

Conheci Ermínia na luta do combate à reforma universitária. E era junto à luta da profissão, da afirmação, da questão da reforma urbana, mas era também contra a reforma universitária que se instalou na reforma que segregava nesse processo, a luta pelo ateliê, pela reformulação da FAO, no início dos anos 70, a gente na luta aqui reorganizando também o movimento estudantil.

Muitos, talvez, não se lembrem disso, mas o primeiro diretório, recriado depois da repressão, foi o Diretório de Arquitetura com o meu amigo Manoel José à frente: eu, Manoel, o Cunha e, depois, outras tantas que participaram desse que retomam uma luta que outros tantos vivenciaram como a companheira Gracinha, Aírton, Armando Branco.

Hoje, estamos aqui para celebrar os 10 anos do Estatuto da Cidade e, ao mesmo tempo, nós fazemos esta homenagem à Ermínia. Acho que é característica fundamental que ela, como professora na academia, como gestora de órgãos municipais e federais, nunca perdeu o vínculo com o movimento social. (Palmas.) E é isso que faz a diferença. Quando a gente tem lado, tem princípios, tem a capacidade de sentar com quem quer que seja na mesa para discutir, mas que a gente tenha lado e saiba o que está defendendo. A história da gente se faz a partir dessa luta. Nessa luta temos mais de 30 anos, não é, Ermínia? Com algumas conquistas significativas, mas com muito o que fazer.

E eu quero ser muito breve aqui. Pensei: vou falar hoje dia 11, do 11 de 2011, às 11h11min. Mas, aí, a Ermínia passou do horário, e eu tive que sair um pouquinho para dar uma entrevista, mas já pensou: quando a gente vai viver outra situação como essa? 11, do 11, de 2011!

Quais são as tarefas que são colocadas hoje pela sociedade no Brasil neste momento é o que vou ressaltar.

Nós avançamos conceitualmente na questão da função social da propriedade, mas a gente termina não tendo os elementos para firmar isso. Nós temos instrumentos, ferramentas que o Estatuto da Cidade nos oferece, mas nos falta força política para implementar essas ações. Por isso que é importante a vinculação com o movimento social, pois quando a gente



tem esse respaldo isso faz avançar. Sentimos isso na luta da implementação do próprio Estatuto da Cidade, que nasce ainda das ideias dos arquitetos e que ganha corpo a partir das conferências que começamos a estabelecer na Câmara dos Deputados, e que a gente consegue aprovar.

Senti isso quando do projeto de lei da assistência técnica que, enquanto era um desejo profissional, se restringia a um direito que se estabelecia, mas que era patrocinado de forma corporativa pelos arquitetos e urbanistas. E ganha expressão quando ele é incorporado entre as bandeiras da reforma urbana. E assim as lutas todas que desenvolvemos na sociedade.

Acho que hoje a tarefa que colocam para a gente, no sentido de assegurar o direito à cidade e assegurar o direito à moradia, está na questão do acesso à terra urbana. Isso é fundamental. Como é que a gente vai fazer, que instrumentos a gente tem para fazer isso? A gente tinha que forçar no sentido de institucionalizar três instrumentos importantes. O primeiro diz respeito à apropriação da mais valia urbana, que é feito... A cidade é construída socialmente, mas é apropriada individualmente. Por um misticismo técnico, a gente começa a dizer: em tal área, porque tem infraestrutura, a gente pode construir mais. E ninguém paga por essa infraestrutura. Ou melhor, nós todos pagamos por aquela infraestrutura que é apropriada por poucos. Então socializar isso é fundamental.

Nos países da Europa, como Ermínia se referiu aqui, o coeficiente na França é 1, em toda a França, e na Île de France é 1,5. Na Itália é zero, em outros tantos países é 1. Você tem direito à propriedade, mas o direito a construir é outra coisa. Se você vai construir, você tem que pagar ao público, porque você vai utilizar uma infraestrutura que foi feita com dinheiro público – a pavimentação, a calçada, a rede de água, a rede de esgoto, a rede de telefonia, a rede de energia elétrica, tudo isso que foi construído socialmente, com recursos públicos e que é apropriado depois individualmente.

Então você trabalhar o coeficiente 1 como medida nacional. E aí a gente exacerbou na nossa Constituição na questão do municipalismo e colocou uma série de questões que não precisavam ser municipalizadas em nossa Constituição, e a gente não conseguiu avançar



nisso. Acho que esse é um marco importantíssimo na democratização do acesso à terra e na resposta que pode ser dada coletivamente.

O segundo aspecto é permitir que a cidade não seja elemento de segregação, fruto desse processo, onde o urbanizado vale mais do que é construído. E há um processo ou espúrio, sempre espúrio ou formal, da discussão branca que se dá pela valorização. E, aí, você tem o direito à moradia que passa... Aí vem um discurso neoliberal, porque todos que têm acesso à terra podem dispor de sua propriedade para poder vender e vocês constroem querendo limitar, redundar o direito a que as pessoas usem a sua propriedade como uma fonte de riqueza, não sei o quê, porque esse não é o papel do Estado.

A casa fornecida pelo Estado é um bem público. E, enquanto bem público, tem de servir a uma determinada faixa de população que vai ter direito à cidade por ter aquilo. Dar o direito de repassar um bem num prazo imediato que você recebe as chaves e sai vendendo. Isso é uma espoliação dentro da miséria. (Palmas)

Temos de deixar, pelo menos, um prazo de 15 a 20 anos para que se possa transmitir uma propriedade à qual se teve acesso. Fora disso, a tutela tem de ser ao Estado, porque cabe ao Estado prover a habitação e não dar um patrimônio à população. O acréscimo na condição de vida virá por outros mecanismos, pelas políticas públicas, de incorporação, de geração de emprego, etc., e não por dar um patrimônio e que você se desfça desse patrimônio, porque esse é um patrimônio público, que tem que ser revertido em benefício do público em geral.

Então, para isso, você precisa no zoneamento nos loteamentos urbanos, destinar uma área específica para a habitação de interesse social. Temos algumas propostas em ação nesse sentido. Por exemplo, em Goiânia, onde 10% da área loteada tem que ser feita as ZEIS – Zona de Interesse Social. Isso vai melhorar a cidade.

É preciso que se compreenda isso, porque vai criar uma cidade plural, não uma cidade dos ricos e a cidade dos pobres. A cidade que você precisa sair, se deslocar para o centro, porque, aqui, temos o que criamos que é o depósito de gente nos conjuntos habitacionais, onde para se pagar uma conta de luz tinha que pegar um ônibus. A conta de luz vencia num dia e, quatro dias depois, vencia a conta da água e você tinha que pegar o ônibus



para pagar a conta da água. E para ir à farmácia, tinha que pegar o ônibus para ir a farmácia. E para ir para a escola fundamental, tem que tomar o ônibus. Que bairro é esse? Que condição de vida é essa? Porque isso foi um mecanismo de segregação.

Então se você determina que parte de uma área loteável vai ser para habitação de interesse social e com a regulação das ZEIS para essas áreas, você permite, então, uma pluralidade de uso de diversas classes sociais num mesmo território urbano, admitindo e tendo que administrar o conflito que é muito menor e de consequências sociais muito mais efetivas do que você fazer a “periferização” da miséria. Esse é um mecanismo para o qual é preciso a superação disso.

Lembro-me, sempre, de que, ao final dos anos 60, “Doc Syades” (sic) foi visitar um urbanista grego que andou por aqui. Foi visitar um conjunto habitacional no Rio de Janeiro, o Vila Kennedy, e foi visitar a favela no Rio. Perguntaram a ele o que tinha achado. Ele respondeu: “Me mostraram problemas que são soluções e mostraram soluções que são problemas.”

O conjunto, lá longe, é um problema que atendia, meramente, a empreiteiros e à ocupação no morro. Embora com problemas de sua ocupação, traziam a oportunidade do direito à cidade àqueles que ali moravam, e podiam se deslocar e ter acesso a serviços, à moradia junto da malha urbana infraestruturada.

O terceiro aspecto que gostaria que discutíssemos também, uma coisa que se tornou meio irreversível, que não dá para combater por dentro, mas que acho que temos mecanismos para superar, que é a questão dos condomínios horizontais. Não dá para que você construa não cidades. Lauro de Freitas, aqui, é um exemplo disso, de você andar 4Km, 5Km com muro de um lado, muro do outro e nenhum acesso, e as pessoas se acharem protegidas por isso, quando estão expostas. Porque nesses momentos você não tem condição nenhuma de salvaguarda de sua vida, não tem uma cerca para você pular e fugir dali. Você vai ser assaltado, é um corredor polonês. E você cria então espaços contíguos, fechados, com muros de 4 metros de altura, com câmara, cerca, com não sei o quê, e você acha que lá dentro está abrigado e põe uma infraestrutura que é pública dentro dessas áreas.



Então, o que a gente vê: como não pode impedir tem que regulamentar, também nacionalmente, o tamanho máximo desses condomínios, impedir a contiguidade dos mesmos, quer dizer, entre um condomínio e outro tem que ter espaço de cidade, rua, praça, espaços de lazer, de vivência, comércio, etc., espaço de cidade para evitar esses paredões, de tempo em tempo você fazer isso, e todo o equipamento que é de uso público, ter acesso público; eles não podem estar no interior desse equipamento que é privado, e os serviços desses, no interior desse equipamento, tem que estar sob a responsabilidade dos condôminos. Mas os espaços que são públicos têm que estar na periferia desses conjuntos, para se ter acesso público a essas áreas.

Se trabalharmos com essa questão, estamos no âmago da função social da propriedade, e acho que isso pode contribuir, efetivamente, nesse sentido.

Espero ter lado a lado, comigo nessa luta, além de todos vocês a nossa concidadã Hermínia Maricato. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



2244-I

Ses. Esp. 11/11/11

Or. Nelson Pellegrino

10 anos de aprovação do Estatuto da Cidade.

A Sr^a PRESIDENTE (Maria del Carmem):-Obrigado, deputado Zezéu Ribeiro, deputado federal licenciado.

Passo a palavra para o deputado federal Nelson Pellegrino para uma saudação.

O Sr. NELSON PELLEGRINO:- Bom dia a todos e a todas, serei breve até nos cumprimentos devido ao adiantado da hora. Quero cumprimentar a deputada Maria del Carmem e em nome dela todos os deputados e deputadas nesta sessão, e na pessoa de Hermínia Maricato todos os integrantes da mesa.

Ontem nos encontramos, eu, Maria e Hermínia, num jantar de apoio à Cesi, que é a Coordenação de Serviços Ecumênicos, ecumênica de serviço, que é uma entidade da sociedade civil que tem apoiado, ao longo de 38 anos, diversos segmentos sociais no Brasil inteiro. E aí conversarmos um pouco, e eu perguntava onde Hermínia estava. E ela me respondeu: Eu me aposentei da Universidade, estou ensinando, mas agora sou sociedade civil. E eu disse para ela: Hermínia, é pena, porque você deu uma contribuição tão grande quando foi governo, e um talento como você fora do governo é um desperdício.

Mas a postura dela de ser sociedade civil é também válida, porque é de quem assume uma posição de estar ao lado, como Zezéu disse, como sempre esteve na sua vida, dos movimentos sociais. E é preciso, a sociedade tem isso mesmo, a sociedade precisa disso, precisa da cigarra e da formiga, e é isso que faz a complementação.

Então, nós precisamos de quem seja a voz crítica, como ela aqui foi, Zezéu, apesar de ser secretário de planejamento, mas é arquiteto por formação e também é a voz crítica, e quem, diante dessa situação, com a voz crítica procure transformar dentro de um parâmetro, de uma baliza.

Como essa sessão de hoje tem um duplo sentido, não só para marcar os 10 anos do Estatuto da Cidade, mas também homenagear a professora Hermínia Maricato, eu queria dizer para ela que sou um otimista. Disse para ela, também nesse sentido, otimista porque o



Estatuto da Cidade é um parâmetro na história deste país. Depois de 50 anos de omissão, que essa é a verdade, o Brasil foi o país que viveu o maior índice de urbanização do mundo, e num espaço de 50 anos o deslocamento da população rural para as grandes cidades nenhum país do mundo viveu isso, sem nenhum tipo de planejamento, veja Salvador, por exemplo, Ermínia, na Década de 70, as terras mais importantes do município foram entregues à especulação.

Então, o povo que veio do Interior para o Pólo Petroquímico, para o Centro Industrial de Aratu, para a Refinaria Landulfo Alves, aí sobraram as encostas, os vales, os barrancos, e as ocupações aconteceram sem nenhum tipo de planejamento estratégico, nem arruamento estratégico.

Depois de 50 anos dessa herança nós estamos correndo atrás do prejuízo. O Estatuto da Cidade é um marco importante. O Ministério das Cidades, que você foi, inclusive, ministra adjunta, também um marco importante, porque o Estatuto da Cidade deu baliza, o Estatuto da Cidade tem um filho, na minha opinião, ou uma filha ilustre, que é o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano que, em que pese não estar sendo cumprido, em alguns casos, mal elaborado em outros, mas é uma baliza importante e que tem que ser aprimorado.

Eu acho que o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano é um instrumento de planejamento estratégico do ponto de vista urbanístico, social, econômico, ambiental dos municípios, e por isso que é uma exigência. Infelizmente alguns foram feitos no papel, para ter alguns tipo de financiamento, mas é uma baliza importante, e é um ponto de partida para estabelecer uma coisa que é fundamental, que é a autoridade do poder público.

E aí eu penso que nesses 10 (dez) anos o Estatuto da Cidade, principalmente no Governo Lula, e eu acredito que no governo da Presidente Dilma também isso ocorrerá, nós temos algumas conquistas importantes. Eu vejo os companheiros, aqui, da Embasa, quantas vezes aqui nós tivemos sessões, porque a alternativa que era apontada para o saneamento público no Brasil era o saneamento. E hoje nós temos um plano estratégico de saneamento, onde a direção é o saneamento público, são as empresas públicas.



Hoje nós temos o *Minha Casa, Minha Vida I e II*, são 3 (três) milhões de moradias num país que historicamente se omitiu. Hoje nós temos um PACna mobilidade que tem 18 milhões, que é quase nada para um país como o Brasil, mas é um avanço.

Então, começa-se a fazer alguma coisa, pensa-se em alguma coisa nesse grande dilema das grandes cidades, que não é só o problema urbanístico, é o problema da saúde pública, é o problema da educação, é o problema da segurança e da violência, é o problema do emprego, da inclusão social, de políticas de combate à miséria e à pobreza .

Portanto, quando esta Casa abre as suas portas, por iniciativa da deputada Maria del Carmem, para comemorar os 10 (dez) anos do Estatuto da Cidade e homenagear essa ilustre brasileira e baiana, Ermínia Maricato, eu quero aqui dizer que eu sou um otimista. E como Ermínia, aqui, hoje, se posiciona, é necessário dizer que nós estamos também na trincheira daqueles que estão do lado do Poder Legislativo, no meu caso, mas também apoiando o Poder Executivo, para que a gente possa, com os ensinamentos de Ermínia Maricato, dela e de outros, transformar a realidade das nossas grandes cidades e do nosso país.

Muito obrigado. Parabéns, Ermínia. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



2245-I

Ses. Esp. 11/11/11

Or. Marcelino Galo

10 anos de aprovação do Estatuto da Cidade.

A Sr^a PRESIDENTE (Maria del Carmem):- Obrigada, deputado Nelson Pellegrino.

Com a palavra o deputado Marcelino Galo.

O Sr. MARCELINO GALO:- Sr^a. Presidente desta sessão, nobre deputada Maria del Carmem, a quem parabenizo por essa iniciativa, essa deputada guerreira que traz para esta Casa, de forma muito qualificada, de forma necessária, esse debate da estrutura urbana, do desenvolvimento urbano.

E hoje tem essa iniciativa que, na verdade, não é só comemorar aqui. Eu acho que comemorar não é o termo certo, mas, talvez, registrar os 10 anos, porque nós, neste país, estamos nos especializando em fazer as leis mais modernas do mundo e não cumprimos, não executamos essas leis.

E também nos acostumamos a cobrar sempre a presença dos movimentos sociais, claro que é fundamental, mas nós, quando conquistamos espaços institucionais, é preciso que sejamos mais ousados. Nós podemos fazer mais ao estarmos no governo, ao estarmos no Estado.

De forma que hoje, aqui, não é somente a professora que está de parabéns, mas nós todos que estamos aqui, todos os baianos por ter esta nova cocidadã. A Bahia festeja essa cocidadã, essa lutadora, essa intelectual que, sem dúvida nenhuma, vem crescer, e muito, ao nosso patrimônio.

E dizer a vocês que a reforma agrária, a qual milito há mais de 35 anos, também tem pronto todo o seu arcabouço jurídico necessário para ser executado neste País. Nós não fazemos a reforma agrária.

Acredito que a minha geração já está passando. Fico triste em saber que vou passar e não vou poder executar aquilo que tanto sonhamos, que a nossa geração tanto lutou e tanta gente morreu neste País por essa luta. De forma que, acho que está chegando a hora de acabarmos com essa história de só conclamar o povo para a luta e dizer que ao estarmos no



governo federal, estadual, agora, pela primeira vez, estamos muito próximos de ter o governo municipal, precisamos ser mais ousados e passar a executar de fato o que está nas leis deste País, e assim melhorar de fato a vida do povo.

Hoje, dia 11/11/11, às 11 horas, coincidência dos números 11, um profeta do caos anunciou que o mundo iria acabar, mas já passou em quase todo o lugar do mundo e não acabou. Mas Salvador está virando um verdadeiro inferno para se morar, pode até ser que o mundo não acabe, mas não vamos mais ter como viver em Salvador. Então, temos que mudar essa realidade e a responsabilidade disso não é só do movimento social, é de todos, principalmente nós que estamos no governo, temos que fazer valer isso e toda a sociedade como um todo.

Um abraço para vocês. Parabéns Ermínia, parabéns, Bahia, por essa nova cocidadã.

A Sr^a PRESIDENTE (Maria del Carmen):- Muito obrigada, deputado Marcelino Galo, parabéns pelo seu pronunciamento.

(Não foi revisto pelo orador.)



2246-I

Ses. Esp. 11/11/11

Or. Isnar Araújo

10 anos de aprovação do Estatuto da Cidade.

A Srª PRESIDENTE (Maria del Carmen):- Passo a palavra ao vereador Isnar Araújo, devido o adiantado da hora, ainda há muitos oradores, pelo tempo de 3 minutos.

O Sr. ISNAR ARAÚJO:-Deputada Maria del Carmen, não me furtaria a chance de parabenizá-la, não só pela comemoração dos 10 anos do estatuto e também pela forma conduzida pela nova cidadã, a nova cidadã baiana, a Drª Ermínia.

Como representante da Câmara de Vereadores digo o seguinte: há 10 anos, tínhamos o legado do caos do solo, do ar e da água, caos em questões sonoras e ambientais e a lei veio para que nós impeçamos que continue esse caos. Fui contemplado com a palavra da Drª Ermínia, do nobre deputado licenciado e Secretário hoje, Dr. Zezéu Ribeiro, e digo que temos que continuar essa luta, essa batalha para que não fique o legado para as futuras gerações que era até 2001, no caso dos municípios que foi implantado em 2007. Há casos em que não conseguimos implantar bem implantado esse estatuto, essa nova lei.

Quero dizer que está de parabéns e contemplando essa Mesa, dizer que a Câmara Municipal de Salvador estará sempre atenta a essas discussões em benefício do povo que merece ser honrado com dignidade em moradia, e moradia sustentável com segurança, transporte e, com certeza, pessoas que merecem essa atenção.

Muito obrigado.

A Srª PRESIDENTE (Maria del Carmen):-Muito obrigada, vereador Isnar, pelas suas palavras, conte conosco também.

(Não foi revisto pelo orador.)



2247-I

Ses. Esp. 11/11/11

Or. Ubiratan Félix

10 anos de aprovação do Estatuto da Cidade.

A Sr^a PRESIDENTE (Maria del Carmen):- Passo a palavra ao presidente do Senge, engenheiro Ubiratan Félix, nosso Bira.

O Sr. UBIRATAN FÉLIX:-Bom-dia a todos! Gostaria de parabenizar a Dr^a Ermínia. A história que Ermínia contou eu já sabia uma parte, porque Baqueiro havia me contado a história e mostrou essa identidade com a Bahia.

Zezéu colocou algumas questões importantes aqui, que é como podemos aplicar o estatuto da cidade. Tivemos uma discussão, essa semana, em Conquista, e um professor colocou uma questão importante. Ele acha que o poder público municipal não tem condições de implantar alguns processos, porque é capturado pelo capital. Então não há prefeito de Salvador que conseguirá implantar IPTU progressivo, que vai conseguir impedir condomínio horizontal, porque o poder econômico é muito presente na Câmara de Vereadores e no Poder Público local, inclusive, houve uma discussão em que ele acha que essas questões deveriam ser discutidas no âmbito federal. Zezéu traçou um pouco isso aqui e acho importante.

Outra questão importante é a do conceito. Há um conceito de urbanismo hoje, no País, pelo qual felicidade e conforto são condomínio fechado. Construímos 80 casas em Conquista na Resolução 460. São casas que não eram condomínio fechado. E quando passei esta semana com Nelson, em visita à cidade, notei que as pessoas fecharam as casas, porque o conceito de felicidade que as pessoas têm é o conceito de condomínio fechado.

O Minha Casa Minha Vida, programa muito importante e interessante, reproduz esse conceito também. Aí, é um conceito teórico, ou modificamos esse conceito ou a gente não vai conseguir fazer com que as pessoas morem numa cidade como antigamente. Será que todos têm que ter garagem nas casas? Se você compra um apartamento com garagem em Salvador é um valor; sem garagem, outro valor; uma garagem, um valor, e duas garagens, outro valor.



Então, também está embutido que o conceito de felicidade passe ao de ter automóvel, conceito errado. Há um colega nosso, Orlando Júnior. Ele não tem automóvel no Rio de Janeiro. Perguntaram a ele por que ele não tinha carro, se ele ganhava bem, pois era professor da universidade. As pessoas têm a visão do conceito de felicidade e de viver que é ter automóvel. É isso que precisamos discutir e aprofundar.

Quero parabenizar a Ermínia e ao movimento social, porque, hoje, é um dia importante em que reconhecemos esta luta de avanço, mas também de derrotas. Não podemos esmorecer com as derrotas, mas nos preparar para novos avanços da luta social urbana do Brasil. (Palmas)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria del Carmen):- Obrigada, Bira.

(Não foi revisto pelo orador.)



2248-I

Ses. Esp. 11/11/11

Or. Luiz Baqueiro

10 anos de aprovação do Estatuto da Cidade.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria del Carmen):- Passo a palavra para Luiz Baqueiro, urbanista, presidente hoje da Fundação Mario Leal Ferreira, companheiro e amigo.

O Sr. LUIZ BAQUEIRO:- Bom-dia a todos e todas. Queria agradecer à Assembleia Legislativa, na pessoa da deputada Maria del Carmen. Parabenizo este momento festivo e importante para todos nós. Ao mesmo tempo, registro que a experiência nossa, no Brasil e na política urbana, vem engatinhando com grandes conquistas. E o Estatuto da Cidade é a grande prova disso.

Queria também lembrar as conferências nacionais e as estaduais que usavam o termo no gerúndio. Lembro-me de que quando chegava o Ministério das Cidades para essas conferências, eu via: “Construindo a política de desenvolvimento urbano”, “conquistando”, “avançando”. É importante que entendamos esse gerúndio, porque estamos acordando para uma realidade. E é preciso que toda a sociedade, que vem participando e crescendo nesse processo de participação, venha exatamente fazendo isso, acordando para a nossa realidade e promovendo esse associativismo, essa junção, esse agregar, porque, a cada momento, vemos o movimento social também crescendo. E isso é importante neste País.

Essa é a conquista que temos de comemorar, porque, certamente, daqui a dez ou vinte anos do Estatuto da Cidade, no otimismo que foi colocado aqui, tenhamos muito mais conquistas para celebrar.

Quero agradecer à nossa grande amiga e cidadã Ermínia Maricato pela história que contou aqui, pois faço parte dessa história com muito orgulho e carinho, uma vez que iniciamos a nossa amizade quando éramos, apenas, estudantes e sonhávamos com esta mudança da realidade. Ermínia avançou muito mais do que eu. Ermínia teve uma conquista fantástica de participar do Ministério das Cidades e poder promover esses debates com mais riqueza.

Ermínia, a Bahia hoje se orgulha de ter uma filha como você.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

Obrigado. (Palmas)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria del Carmen):- Obrigada por suas palavras.

(Não foi revisto pelo orador.)



2249-I

Ses. Esp. 11/11/11

Or. Graça Torreão

A Sr^a PRESIDENTA (Maria del Carmen):- Passo a palavra a Dr^a Graça Torreão.

Quero agradecer e registrar a presença do deputado José de Arimatéia. Registro a presença da vereadora Maria Isabel, da cidade de Inhambupe, que amanhã receberá o governador para a inauguração da estrada.

Registro também, e agradeço-lhe, a presença de Rita Rodrigues, superintendente substituta da Secretaria do Patrimônio da União (SPU). Muito obrigada, Ritinha.

Passo a palavra à Dr^a Graça Torreão.

A Sr^a GRAÇA TORREÃO:- Bom-dia a todos.

Em nome do secretário Cícero Monteiro, quero saudar a Mesa e a professora Ermínia Maricato, que é uma referência na questão da política urbana no Brasil e uma professora de todos nós, apesar de não estarmos nos bancos escolares.

Acrescentarei apenas algumas reflexões a todas as outras que já foram feitas aqui, que vêm muito da nossa atividade dentro da secretaria.

Apesar de o Estatuto da Cidade, nestes 10 anos, não ter logrado tudo que desejaríamos, temos muito a comemorar pelo fato de ter trazido a questão urbana para a pauta do cotidiano da discussão das políticas públicas e do cotidiano das pessoas.

Temos como meta para um segundo período enfrentar todos os desafios que foram aqui colocados, e ressalto a questão da qualidade urbana. Um grande desafio, que ficou para trás um pouco, que eu quero retomar é a construção da política de desenvolvimento urbano em âmbitos nacional e estadual, com enfoque no sentido de buscarmos cidades sustentáveis.

Foi colocado aqui pela professora e por outros palestrantes a questão da referência de felicidade e do desejo de morar na metrópole. Temos que, dentro dessa política, discutir qual é o conceito de cidade que desejamos e qual é a cidade sustentável.

Foi visto aqui que as metrópoles, necessariamente, não têm trazido essa felicidade. O processo de urbanização, acelerado cada vez mais, tem trazido outras formas de organização territorial urbana, tem trazido grandes formações de aglomerações urbanas,



regiões metropolitanas, núcleos isolados. E as políticas nacional e estadual têm de contemplar essa nova abordagem.

Quanto à formação urbana, foi colocado os condomínios. A questão a também ser enfrentada é a participação da iniciativa privada nas políticas públicas. Isso é uma realidade, e precisa ser discutida a forma como essa nova composição de enfrentamento das questões urbanas venha a ser feita em prol do bem comum e do bem da sociedade.

Muito obrigada a todos.

(Não foi revisto pela oradora.)



2250-I

Ses. Esp. 11/11/11

Or. Iraildes Santos de Santana

10 anos de aprovação do Estatuto da Cidade.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria del Carmen):- Passo a palavra para a nossa companheira Iraildes.

A Sr^a IRAILDES SANTOS DE SANTANA:- Bom-dia a todos e a todos.

Sou Iraildes, coordenadora municipal do MSTs e conselheira do ConCidades pela Central de Movimento Popular (CMP), nossa parceira. É muita responsabilidade representar os movimentos sociais, mas é uma honra.

Gostaria de saudar a todos da Mesa, particularmente à deputada Maria del Carmen e à Dr^a Ermínia Maricato.

Atribuímos o bom momento que vivemos à sensibilidade e ao compromisso do ex-presidente Lula e aos parlamentares comprometidos com os mais pobres. Atribuímos, ainda, às lutas dos movimentos sociais.

Quero dizer ainda que estamos vivenciando situações difíceis. Temos sofrido ataques por parte de pessoas covardes, daqueles que estão incomodados com a política que, atualmente, busca atender aos mais pobres, aos que precisam, às famílias carentes. E, aí, estamos incomodando.

Gostaria de solicitar e convocar a todos para poder fortalecer os movimentos sociais neste momento. Quero, também, saudar todos os dirigentes do movimento de moradia, particularmente Idelmário Proença. Sempre confiamos e iremos confiar no seu compromisso político. É um ser humano que se preocupa com as pessoas que estão vivendo em situações difíceis por não terem moradia.

Agradeço e peço o apoio de todos, pois estamos vivenciando situações difíceis com essas denúncias. Hoje, eu me vesti de preto, porque estou de luto devido a essa situação. Com certeza, vamos conseguir vencer!

Muito obrigada. (Palmas!)

A Sr^a PRESIDENTE (Maria del Carmen):- Obrigada, Iraildes.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

(Não foi revisto pela oradora.)

**DL-03****Ses. Esp. 11/11/11**

A Sr^a PRESIDENTE (Maria del Carmen):- Tenham certeza de que todos nós, que temos compromisso com esta luta, estamos ao lado de vocês, ao lado dos movimentos, ao lado do companheiro Idelmário que tem sido, nesses últimos dias, constantemente agredido e caluniado. Conhecemos o seu caráter pela convivência que temos ao longo desse tempo. Sabemos do seu procedimento, da sua forma de ver, de encarar e de estar na luta ao lado de todos os companheiros que aqui estão hoje e de muitos outros.

Agradeço e registro a presença de Carlos Damasceno, da direção da CONAN, FABS. Pelo adiantar da hora, agradeço a presença de todos: os movimentos sociais, a todos os nossos convidados, todos os representantes dos diversos órgãos em especial. Parabenizo, mais uma vez, esta nova baiana que hoje a Bahia fica mais orgulhosa e mais envaidecida de ter alguém com sua história, com a sua trajetória de luta, torna-se baiana a partir de hoje.

Estamos no penúltimo mês do ano. E o mês de dezembro é o de aprovação de diversos projetos nesta Casa e não sei se teremos oportunidade de ter mais algum debate. Mas quero dizer que espero que, no próximo ano, possamos continuar fazendo debates sobre a questão da cidade, que a subcomissão continue existindo. Para que ela exista, é necessário que haja um acordo entre as diversas lideranças para que continuemos com essa subcomissão funcionando. E que consigamos continuar fazendo o debate sobre a importância daquilo que hoje aqui foi trazido, principalmente nós, como disse aqui a nossa superintendente da SEDUR, Graça Torreão.

Hoje comemoramos o estatuto, essa lei tão importante para a vida da cidade. Mas temos de estar trabalhando para que ela se transforme em uma realidade, para que ela deixe apenas de ser um belo projeto, uma bela lei, um documento importante, mas que não esteja apenas na prateleira de alguns, na gaveta de outros, transforme-se na ação cotidiana.

O nosso grande desafio, Graça, você que está no Executivo, e outros companheiros que aqui estão— nós que estamos Legislativo — é fazer com que isso chegue nos mais longínquos rincões, que esse seja, vereador Isnar, um documento na mão de cada vereador



deste Estado e deste País. Que cada vereador saiba a importância do que consta lá e pressione na direção que os poderes públicos municipais e o próprio poder público estadual, em especial, nos municípios, transforme isso em realidade concreta, que todas as possibilidades que lá existem desde criar a ZEIS.

Talvez a grande maioria dos municípios não saiba nem o que é uma ZEIS. Quando a gente conversa com os vereadores desses diversos municípios, os 417 municípios da Bahia, muitos não sabem nem o que é a ZEIS e como criar e a importância da criação dessas ZEIS para garantir melhor condição de vida. Falo de um elemento do Estatuto da Cidade, mas são muitos outros que podem ser, de fato, transformados em instrumento para mudar a vida da nossa cidade e construir, de fato, cidades justas, iguais para todos, onde a condição de vida seja realmente aquela com a qual sonhamos.

Estando nós em Salvador, e sendo Salvador a primeira capital do Brasil, portanto a capital simbólica deste país, a maioria dos que estão aqui e são do movimento social, são de Salvador e militam em Salvador, temos de transformar esta cidade, em especial, na cidade mãe, de fato, do Brasil. Ela hoje não é mãe; está sendo extremamente madrastra.

Obrigada a todos.

Está encerrada a sessão.